

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

A	orientação econômica do governo Lula <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
U	ma recessão para 2003 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	7
O	desempenho da soja como determinante do comportamento das exportações paranaenses <i>Luiz Fernando Oliveira Wosch</i>	9
TEMAS ESPECIAIS		
	A influência da tecnologia na geração de conflitos no trabalho <i>Silmara Cimbalista</i>	12
P	araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki</i>	17
	Economia Paranaense Indicadores Selecionados	19

A orientação econômica do governo Lula

Gilmar Mendes Lourenço*

Os resultados das eleições presidenciais de 2002 demonstraram, de forma incontestável, o desejo majoritário de mudança impregnado na sociedade brasileira durante décadas, sufocado pelo autoritarismo do regime militar e neutralizado por sucessivos acertos conservadores, celebrados entre a oposição moderada e alguns grupos poderosos remanescentes da ditadura, no transcurso do processo de redemocratização do país após 1985.

De fato, o movimento pela realização das eleições diretas para a Presidência da República, iniciado em 1983, foi neutralizado por uma aliança de centro-direita que propiciou a vitória de Tancredo Neves e, devido a uma fatalidade histórica (com a doença e o falecimento de Tancredo), a posse de José Sarney, em 1985. Tal evento acabou por preservar o espaço político para grande parte dos remanescentes do regime militar e permitir a edificação do legado hiperinflacionário.

No início dos anos de 1990, surgiu um “caçador de marajás” disposto a proteger a renda dos “descamisados e pés descalços”, por meio do extermínio do dragão inflacionário com um único e certo tiro. Os erros na condução da política econômica e as denúncias e comprovações de malversação de recursos públicos anularam as intenções e iniciativas dirigidas à modernização do país, contidas no projeto de Fernando Collor de Mello.

O ápice do acerto conservador selado entre os grandes empresários, sobretudo da área financeira, a classe média e os grupos políticos representantes de um oligárquico atraso, em um período de relativa estabilidade institucional, ocorreu com a convocação do sociólogo Fernando Henrique, egresso das correntes de esquerda, para assumir a condução da economia e depois a presidência do país, cumprindo com precisão o decálogo de medidas liberalizantes ditado pelos organismos internacionais.

Assim, a inédita vitória das esquerdas no pleito de 27 de outubro de 2002, depois de mais de um século de República, fruto da prolongada e bem-sucedida ação política de um partido com um projeto alternativo bastante nítido para a sociedade brasileira, permite projetar desvios na democracia em direção oposta aos interesses das elites secularmente dominantes.

Ao mesmo tempo, o desfecho do episódio eleitoral possibilita antever uma revisão profunda na política econômica brasileira. As posições do próprio candidato

governista derrotado, José Serra, notadamente durante sua passagem pelo Ministério do Planejamento na administração Fernando Henrique Cardoso, sempre apresentaram componentes críticos às estratégias do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

Todavia, não devem ser esperadas alterações traumáticas nas regras do jogo, pois o novo governo deverá percorrer caminhos políticos complexos, acompanhado de uma base parlamentar estreita, o que poderá provocar uma rejeição das bandeiras de ruptura contidas no *Documento de Olinda*, dando lugar a incursões mais próximas da *Carta ao Povo Brasileiro*, divulgada no meio do vendaval cambial do corrente ano.

Por isso, a cautela, a negociação e o pragmatismo devem permear a conduta das futuras autoridades brasileiras, sobretudo no decurso do período de transição. É impossível esquecer que a economia brasileira exibe várias fraturas expostas e outras feridas, consequência de vários embaraços ocasionados pela condução equivocada da gestão da estabilização pós-1994, que não podem ser curadas com o simples emprego de esparadrapos, impondo diálogos maduros e permanentes com todas as vertentes sociais.

Do ponto de vista do pensamento econômico, a ascensão de Lula conduz os discípulos da escola pós-keynesiana inglesa ao poder. Essa linha de interpretação da dinâmica capitalista sublinha as imperfeições do mercado como elemento determinante das instabilidades sistêmicas, cuja correção exige interferência ampla e permanente do Estado. No Brasil, tal corrente possui residência quase fixa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo dividido as glórias e o fracasso do Plano Cruzado, em 1986, com a primeira geração de economistas “inercialistas” da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), precursores da Unidade Real de Valor (URV) – indexador referência que deu origem ao real em 1994 – e do “malanismo”.

Mas a subida ao poder do vetor estruturalista da doutrina econômica não vai ser o fim do mundo. Ao contrário, a ampliação da presença do Estado na economia e a adoção de políticas industriais ativas,

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

propostas difundidas pelos cepalinos no período de substituição de importações, foram revistas, atualizadas e, por fim, recomendadas no começo de setembro de 2002, no *Seminário Internacional Novos Rumos do Desenvolvimento*, comemorativo dos 50 anos do BNDES, por Dani Rodrik e Joseph Stiglitz (ex-Economista Chefe do Banco Mundial e prêmio Nobel de Economia).

Tais estudiosos, antes grandes adeptos dos dogmas liberais e agora arautos do Dissenso de Cambridge (em homenagem à instituição a que ambos pertencem), avaliam como fracassada a etapa do capitalismo desenhada pelo Consenso de Washington, em novembro de 1989, sustentada por rigorosa disciplina fiscal, reorientação dos dispêndios públicos, liberalização comercial e financeira, privatizações e desregulamentação, e monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A grande distorção do Consenso foi apostar no caráter irreversível da fase de crescimento da economia mundial baseada na expansão do comércio e dos investimentos diretos nos mercados emergentes. Foram justamente a diminuição do comércio mundial, a quase paralisação dos fluxos de capital e as resistências políticas a um ajuste fiscal estrutural que minaram as chances de perenidade da estabilização econômica em países como Brasil, México, Turquia, Argentina e Rússia, fiéis seguidores dos preceitos doutrinários do Fundo.

O *staff* mundial do neoliberalismo vem comprovando o malogro das estratégias recessivas na solução dos problemas dos países emergentes.

Por reiteradas vezes, o próprio *staff* mundial do neoliberalismo vem constatando o fracasso das estratégias recessivas no equacionamento dos crônicos problemas dos países emergentes. Aliás, o êxito de algumas nações na correção daqueles desequilíbrios dependeu do emprego de terapias sintonizadas com as suas peculiaridades, caso da Índia, China e Chile que, dentre outras providências, promoveram o estabelecimento de controles mais rigorosos dos fluxos de capitais, o que, por sinal, deveria ter sido adotado no Brasil a partir de janeiro de 1999, depois da transformação do regime cambial.

Daí a necessidade de implementação de uma nova agenda de desenvolvimento, amparada em maior participação da sociedade civil nos processos decisórios e em mais experimentação e menos consenso. No caso do Brasil, é inegável a diminuta margem de manobra da orientação econômica no curto prazo, derivada do panorama conjuntural adverso e das amarras recessivas implícitas no acordo assinado com o FMI, para a obtenção da promessa do socorro financeiro para o país fazer frente aos choques especulativos.

Convém recordar que, no decorrer do ciclo eleitoral, os grandes beneficiários dos erros de política econômica cometidos no passado (remoto e recente)

montaram verdadeiros arsenais de proteção contra os “ventos de mudança”, praticamente precificando a vitória de Lula, com o emprego mais constante do *overshooting* da taxa de câmbio, mesmo em momentos de regresso da geração de expressivos superávits comerciais, ainda que à custa de apreciável diminuição das importações e, por extensão, da atividade econômica.

Mais precisamente, a instabilidade foi caracterizada pelas cada vez mais freqüentes corridas em direção ao dólar a ponto de, em um único dia, em outubro de 2002, os bancos e corretoras terem auferido lucros superiores a US\$ 300,0 milhões, em razão da valorização forçada do dólar num momento de rolagem de cota expressiva de títulos públicos.

Uma melhor compreensão das origens dos ataques especulativos sofridos pela moeda brasileira nos últimos meses sugere a abdicação transitória do exame do conteúdo dos compêndios de economia. A gênese do surto especulativo foi a permanência de Lula na dianteira das pesquisas e o esboço de decisão do pleito em primeiro turno. Destaque-se a grande contribuição dada a esse surto pelos sinais de fadiga, impotência, ou mesmo ausência de empenho, por parte das autoridades econômicas, ante a “camisa de força” imposta pela receita ortodoxa do FMI, a partir de janeiro de 1999, com a superdesvalorização do real, a mudança do sistema cambial e a adoção do regime de metas de inflação.

O pânico nos mercados financeiros com a possibilidade de vitória de Lula no primeiro turno e a sementeira de boatos de calote dos passivos públicos, negligenciando a própria inclinação social-democrata do candidato petista, abriu espaço inclusive para propostas como a necessidade de manutenção intransigente dos princípios gerais e específicos da gestão macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso em 2003, particularmente quanto aos arrochos monetário e fiscal, materializados em juros reais elevados e maiores superávits primários nas contas públicas.

O mais gritante, porém, é que sob o pretexto de preservação do “manto protetor” da estabilidade da moeda, obtida ao longo dos últimos oito anos e meio, algumas correntes do mercado e da academia tentaram convencer a sociedade acerca da existência de uma casta de burocratas econômicos que estariam “acima do bem e do mal”, como Armínio Fraga (Presidente do Banco Central) e Everardo Maciel (Superintendente da Receita Federal).

Segundo esta visão, tais figuras deveriam compor as equipes econômicas de qualquer governo, pois Armínio seria o homem de confiança da comunidade financeira internacional e Maciel representaria o garimpeiro de recursos em reais, sendo estratégica sua presença para a consecução do ajuste fiscal acordado com o FMI, que prevê superávit primário das contas públicas de quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003.

Embora reconhecendo o mérito da queda da inflação e da sua estabilização em níveis reduzidos, a sociedade votante tinha pleno conhecimento do custo coletivo implícito nessa conquista, evidenciado pela ampliação dos déficits gêmeos (externo e interno), pelo

aumento do desemprego e da inadimplência das famílias, pela impulsão da insolvência das empresas, pela queda dos níveis de investimentos produtivos, dentre outros aspectos desfavoráveis. Só a título de exemplo, nos primeiros quatro anos de vigência do Plano Real o déficit em conta-corrente do país superou US\$ 100,0 bilhões.

Ademais, os agentes econômicos perceberam com bastante clareza o diagnóstico de que, ao contrário da retórica predominante nos meios oficiais e financeiros, a eliminação do ambiente de vulnerabilidade da economia brasileira requereria uma alteração radical no eixo da gestão econômica. Diante disso, nos dias seis e vinte e sete de outubro de 2002 a população brasileira revelou sua opção por um projeto de crescimento econômico mais voltado para o mercado interno, menos dependente de poupança externa e com menor grau de concentração de renda. Até porque, os mercados costumam esquecer que por trás de estatísticas, gráficos e “processos”, existem seres humanos que precisam de casa, comida, saúde, saneamento básico, educação e segurança. Doravante, a “mão invisível” terá que se curvar ao caráter legítimo da sociedade brasileira em identificar fatores de mudança e otimizar o aproveitamento de oportunidades. Mas, por outro lado, os mercados, se puderem, revogam os resultados das urnas.

Por essas razões, não obstante a situação conjuntural desfavorável, a primeira tarefa do novo presidente será propor uma modificação soberana de prioridades, passando a considerar o crescimento um objetivo e não um subproduto de planos econômicos, tal como foi tratado desde o final dos anos de 1970. Os chamados “fundamentos econômicos” do país só serão edificados em bases sólidas se a comunidade globalizada compreender que a grande meta a ser perseguida é o gradativo pagamento da dívida social acumulada nas últimas seis décadas.

Lembre-se aqui que a centralização das atenções econômicas no atendimento das demandas de diminuição da exclusão social pode representar um enorme potencial de mercado para as grandes corporações nacionais e transacionais, com desdobramentos positivos para as pequenas e médias empresas atuantes no país.

Para tanto, parecem cruciais a operação de um sistema tributário progressivo, a redução estrutural das taxas de juros e o alongamento negociado da dívida líquida do setor público, mediante a conversão de parcela relevante da dívida em inversões produtivas nas áreas de infra-estrutura econômica e social, com forte impacto na geração de emprego e renda e desprezível repercussão inflacionária.

A enorme diferença entre os juros primários brasileiros e os norte-americanos evidencia a dimensão da riqueza financeira acumulada no país.

Afinal de contas, o hiato entre os juros primários brasileiros (21,0% ao ano) e os norte-americanos (1,5% ao ano) dá uma idéia do montante de riqueza financeira acumulada à custa do lado real da economia. Não por acaso, o lucro dos bancos cresceu 37,0% no primeiro semestre de 2002, já descontada a inflação, contra expansão de apenas 0,14% do PIB, em idêntico intervalo.

Evidentemente, a adoção dessa nova cartilha exigirá uma revisão criteriosa dos objetivos e das metas fixadas nas cartas de intenções acertadas com o FMI, priorizando a geração de fluxos de recursos em moeda estrangeira ou nacional, para a cobertura dos passivos externo e interno, pela via do crescimento e não da recessão. Por essa perspectiva, a manutenção ferrenha do tripé formado por austeridade monetária e fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação pode sofrer alguma flexibilização negociada.

Com respeito aos receios de um *default* brasileiro, existem duas linhas divergentes de prognósticos. A primeira, liderada pelos organismos multilaterais de crédito (FMI e Banco Mundial) e os governos dos países desenvolvidos (especialmente o G-7), avalia o passivo do país como administrável. A segunda, composta por observadores de mercado das instituições financeiras internacionais, supõe a inevitabilidade da reestruturação dos débitos.

Nesse particular, é interessante assinalar que a explosão recente do endividamento foi determinada pela desvalorização da taxa de câmbio, praticamente anulando os efeitos dos crescentes superávits fiscais registrados desde 1999. Adicionalmente, cumpre argumentar que um calote da dívida externa estaria tecnicamente descartado, mesmo com o não restabelecimento pleno das linhas de crédito comerciais e a redução dos investimentos diretos estrangeiros (IDES), em virtude da provável disponibilização de recursos da ordem de US\$ 24,0 bilhões, integrantes do pacote de ajuda firmado com o FMI para 2003.

Quanto aos prognósticos de que Brasil não conseguirá honrar os compromissos de pagamento do serviço da dívida interna, é prudente ter em conta que, diferentemente dos casos do México, Rússia e Argentina, a dívida brasileira é contraída junto a credores operantes no país, liquidada em reais e lastreada em letras financeiras do Tesouro Nacional (LFTN), adquiridas por cotistas individuais dos fundos de renda fixa.

Sem dúvida, o governo Lula deverá focar a busca de resolução dos constrangimentos de curto prazo e deixar os projetos mais audaciosos para a frente. Nesse sentido, em um cenário de aversão global ao risco, potencializado pelos escândalos corporativos nos EUA e pela ameaça de guerra no Oriente Médio, a busca da estabilização cambial, a redefinição dos compromissos assumidos com o FMI e a recuperação das linhas de crédito de curto-prazo devem ocupar a agenda de assuntos urgentes.

Em vez da seqüência de ações franciscanas, expostas por Lula no debate promovido pela Rede Globo no começo de outubro de 2002, “começando pelo necessário, passando pelo possível e chegando ao

impossível", talvez seja mais correto apostar na receita de Churchill nos anos de 1940, que, ao assumir o governo inglês, mencionou sua preocupação em cuidar dos problemas urgentes e deixar os importantes para mais adiante.

Com respeito aos impactos da instabilidade da economia mundial, convém lembrar as dúvidas quanto ao preceito neoliberal de capacidade de auto-regulação dos capitais, atestado pelo delineamento de uma nova rodada de abalo da credibilidade dos investidores no mercado norte-americano, em função dos efeitos da descoberta de maquiagens contábeis realizadas por grandes empresas de ramos estratégicos da Nova Economia, em meio à eclosão de guerras protecionistas, instituindo novas barreiras às vendas externas dos mercados emergentes.

A turbulência global vem provocando inclusive alterações substanciais no mapa mundial de disposição de investimentos diretos, em prejuízo do Brasil, que passou da 3.^a posição em fevereiro de 2001 (atrás dos EUA e China) para a 13.^a em setembro de 2002, perdendo espaço inclusive para a Espanha (de 9.^o para 7.^o) e México (de 5.^o para 9.^o). Pela primeira vez em cinco anos, o Brasil não apareceu entre os cinco principais destinos dos aportes diretos estrangeiros, sendo que os IDEs garimpados pelo país caíram de US\$ 33,0 bilhões em 2000 para 22,0 bilhões em 2001, devendo atingir apenas US\$ 16,0 bilhões em 2002.

Por isso, pela ótica financeira, o Banco Central brasileiro terá que trabalhar em duas frentes interligadas:

- a) aprimorar os instrumentos de disciplinamento do mercado de câmbio, sem o sacrifício desnecessário das reservas internacionais do país, de forma a conter a elevação e a volatilidade da cotação do dólar; e
- b) reforçar a regulamentação dos fluxos de capitais, sob pena da manutenção da suscetibilidade da economia do país aos choques externos. A flutuação do dólar ao redor dos R\$ 3,00 propiciará o começo da recuperação dos superávits comerciais estruturais, a redução das taxas de juros e a estabilização da relação dívida/PIB.

A respeito desse último ponto, é oportuno cogitar a idéia de que desvalorizações cambiais, em regime de livre flutuação, também podem apresentar elementos positivos, desde que não promovam pronunciados e desnecessários desníveis nos preços relativos. Uma trajetória cambial em linha com a curva de inflação doméstica e internacional pode favorecer o ajuste na balança de transações correntes pela via da recuperação dos saldos comerciais, compensando o declínio dos investimentos diretos.

Do contrário, a perda de controle sobre a taxa de câmbio pode acarretar a insolvência externa, em razão do fechamento do mercado internacional de capitais ao Brasil, a explosão da dívida pública interna atrelada à moeda norte-americana e a falência de segmentos produtivos endividados em dólares.

No tocante aos preços, a despeito de a meta oficial de inflação para 2003 ser de 4% com teto de 6,5%, é lícito supor a ocorrência de elevação média de até 5% com limite superior de 7,5%, a reboque dos problemas conjunturais. Vale recordar que as metas representaram a grande peça do arcabouço da política macroeconômica depois do fim do regime de bandas cambiais em janeiro de 1999 e da troca do câmbio semifixo pelo flutuante, em substituição à âncora cambial.

De concreto, os focos inflacionários podem ser contidos e/ou até desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram, se o novo governo ativar o arsenal contra a especulação cambial e promover a flexibilização da indexação dos preços administrados e das tarifas públicas. Nos dias de hoje, a sistemática de reajuste de tais preços está completamente dissociada das planilhas de custos das estatais ou das concessionárias privadas dos serviços públicos.

A retenção de ativos financeiros é inviabilizada por razões técnicas e jurídicas.

Urge esclarecer ainda que o medo de repetição do episódio de retenção de haveres financeiros (poupança e outras aplicações), ocorrido no início do governo Collor, é completamente infundado, por dois motivos: inviabilidade técnica, dada a atual inexistência do problema que tal medida tentava resolver naquela época (a hiperinflação indexada); e entraves jurídicos, determinados pela Emenda Constitucional n.º 32, sancionada em 11 de setembro de 2001, que, entre outras providências, impede o executivo de seqüestrar bens, poupança popular e ou qualquer outro ativo financeiro pela instituição de medidas provisórias.

Quanto às decisões e ações voltadas ao médio e longo prazos, é prudente não perder de vista a imperiosa necessidade de encaminhamento e negociação política das reformas estruturais, capazes de assegurar a obtenção do ajuste fiscal permanente, com ênfase para a previdenciária e a tributária, e sinalizar a redução da influência das diferentes instâncias do setor público como fonte de pressões inflacionárias.

Por isso, considerando as enormes pressões de natureza política provenientes da abrangente e heterogênea aliança que contribuiu para o êxito eleitoral do futuro Presidente da República, há que se atentar para a relevância de preservação de outras vitórias acontecidas nos últimos anos, com destaque para a rolagem das dívidas de estados e municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a limitação de financiamentos federais aos estados.

Por outro lado, é importante se despojar de qualquer vestígio de temor intelectual e resgatar a concepção e ultimar os detalhes de lançamento das diretrizes gerais e objetivos específicos de uma política industrial, requisito indispensável para a formação de um ambiente macroeconômico propício à retomada do investimento produtivo, contemplando propostas de

integração ativa na globalização contemporânea dos mercados, com bases produtivas regionalizadas e dotadas de diferentes níveis de eficiência.

Por essa perspectiva, é premente a necessidade de restauração dos mecanismos de planejamento de médio e longo prazos, contemplando a montagem de

uma base consistente de fontes de financiamento, centrada nos recursos do BNDES, e a composição de cesta de subsídios compatível com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que permitam ações nas áreas de desenvolvimento regional, meio ambiente e pesquisa e desenvolvimento.

Uma recessão para 2003

*Gilmar Mendes Lourenço**

Ao elevar a taxa básica de juros de 18% para 21% ao ano, em outubro de 2002, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central praticamente decretou o retorno da trajetória recessiva na economia brasileira para o começo de 2003, depois de alguns tímidos sinais de recuperação emitidos pelos níveis de atividade, vinculados à perspectiva de aquecimento estacional das vendas do comércio, em face da combinação entre o movimento de fim de ano e o aumento da massa de renda, por conta do recebimento do décimo terceiro salário por parte dos trabalhadores.

Depois de otimizar as corridas especulativas contra o real, ao admitir o esgotamento do arsenal de medidas monetárias capazes de estancar e reverter a alta do dólar, o Banco Central, no afã de sufocar as pressões de aceleração inflacionária embutidas na superdesvalorização do real, reeditou parte do conjunto de providências restritivas lançado durante a crise mexicana, em fins de 1994 e começo de 1995.

Trata-se de uma espécie de manual de sobrevivência em situações de colapso cambial, composto por socorro financeiro do FMI (e a submissão à sua cartilha), contenção fiscal adicional, diminuição do piso dos recursos em dólares em poder do BC para a realização de intervenções, oferta de somas regulares de dólares no mercado, mudanças na legislação e aumento dos recolhimentos compulsórios e dos juros.

Diante da exacerbação das expectativas negativas, mesmo com o acerto com o Fundo e a introdução de volumes diários de dólares no mercado, o roteiro atual incluiu a diminuição do teto de exposição cambial de 60% para 30% do patrimônio líquido dos bancos, a elevação de 75% para 100% da parcela do capital próprio das instituições financeiras para a manutenção de posições em dólares, o aumento dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista, a prazo e em caderneta de poupança e a impulsão dos juros primários.

Esta última medida foi definida depois de uma reunião extraordinária do Copom, a terceira desde a sua criação em junho de 1996. As outras duas aconteceram quando do gerenciamento cambial em regime de bandas, sendo a primeira em outubro de 1997, no meio da crise asiática, e a segunda em setembro 1998, depois da decretação da moratória russa.

Com isso, o BC tentou diminuir a margem para a especulação com dólares, enxugando a liquidez

(compulsórios), ampliando o comprometimento de capital próprio e elevando as despesas de carregamento das posições (choque de juros). Em outras palavras, ao reduzir a oferta e aumentar o preço do dinheiro e melhorar a atratividade dos ativos financeiros de curto prazo, o BC estaria procurando minar o poder de alimentação da escalada do dólar.

Ao elevar novamente os juros primários, o governo confundiu causas com efeitos.

Mas, novamente, o governo errou ao confundir causas com efeitos. Atualmente, o componente básico de distorção da operação do sistema econômico brasileiro é a explosão da taxa de câmbio e não a inflação. A cotação de equilíbrio do dólar estaria entre R\$ 2,95 e R\$ 3,05, considerando a inflação acumulada entre julho de 1994 e setembro de 2002, medida, respectivamente, pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, e pelo Índice de Preços por Atacado (IPA), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Assim, a disparada do dólar verificada nos últimos meses decorre, fundamentalmente, dos reflexos negativos da forte desaceleração do crescimento da economia mundial sobre a renovação das linhas de crédito para os países emergentes e, particularmente no caso brasileiro, das inquietações dos agentes econômicos quanto à gestão do endividamento público pelo governo que tomar posse em janeiro de 2003, exacerbadas pelos escorregões técnicos e políticos sofridos pelo BC.

Com o prenúncio de mudanças radicais na condução econômica do país, a partir da provável vitória das oposições no pleito presidencial, bancos e corretoras passaram a patrocinar um curso de aceleração do preço do dólar, aproveitando os momentos mais delicados de escassez da moeda norteamericana, coincidindo com o vencimento de papéis do governo reajustados pela variação do dólar.

Evidentemente, tais desequilíbrios criaram um círculo vicioso de superdesvalorização cambial,

**Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.*

especialmente quando passaram a atingir de forma abrupta o lado real da economia, na forma da perseguição de desencaixes em moeda nacional pelas empresas, através de novas rodadas de vendas de ações para aplicações em moeda estrangeira, ou mesmo da antecipação da demanda por dólares para a cobertura de passivos não renovados ou a vencer.

Nesse particular, a responsabilidade da autoridade monetária como guardião da estabilidade recomendaria simplesmente que o BC aproveitasse a disponibilidade de reservas internacionais, facultada pelo novo acordo com o FMI, que prevê aporte de US\$ 6,0 bilhões em 2002 e diminuição do piso do estoque de reservas, para injetar/ofertar entre US\$ 2,0 bilhões e US\$ 3,0 bilhões em único dia e derrubar a cotação do dólar para cerca de R\$ 2,70, impondo enormes prejuízos aos que apostam no caos. De lambuja, o BC estaria deixando aproximadamente R\$ 0,30 a R\$ 0,40 por dólar, à equipe econômica da fase de transição, como brecha para uma nova depreciação cambial, dentro de uma política industrial voltada ao estímulo estrutural às exportações e à substituição competitiva das importações. Em não fazendo isso, o governo acabou adotando a estratégia de “jogar fora” quantias de US\$ 50,0 milhões até US\$ 100,0 milhões/dia e sendo forçado pelos mercados a promover a troca de câmbio por juros, ou de menos inflação por mais endividamento público (50% remunerado pela taxa Selic).

É curioso notar que a demanda por *hedge* (proteção contra variações cambiais) justifica as projeções dos mercados de apreciação cambial e maior elevação dos juros em 2003. Tal episódio poderia estimular a permuta de títulos cambiais por papéis pós-fixados com remuneração ligada à variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Em vez disso, como o montante de riqueza do país permaneceu praticamente inalterado, o executivo desenhou mais um arranjo recessivo para sancionar a transferência de esforço produtivo e de renda dos agentes econômicos com menor poder de mercado (trabalhadores, consumidores e pequenas e médias empresas) para os intermediários financeiros e/ou uma pequena parcela de grandes empresas de ramos mais articulados às exportações que, inclusive, vêm assegurando apreciável rentabilidade por meio do jogo especulativo.

*No final de seu mandato, o governo FHC
desenhou mais um arranjo recessivo.*

Quase no apagar das luzes de seu governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tentou corrigir a emergente desestruturação dos preços relativos

provocada pelo câmbio, premiando o especulador. Na verdade, o uso do medicamento conhecido como elevação dos juros, para sufocar os focos inflacionários de demanda, deixou de ser prescrito desde o começo dos anos de 1990, devido à sua absoluta inadequação ao tratamento de um paciente inercial.

Antes a economia brasileira era fechada, dominada por um reduzido número de grandes empresas, plenamente indexada, em meio a uma mecânica defasada de reajustes de preços, o que resultava em enormes e permanentes conflitos distributivos. O ajuste recessivo ocorria via ampliação dos ganhos não operacionais das empresas e incorporação dos custos financeiros aos preços, alimentando a hiperinflação indexada. Hoje, o ambiente econômico do país está aberto, desindexado, funcionando em condições recessivas, com desemprego em alta e salários em baixa.

O grande complicador é que a agudização da política monetária vem acontecendo exatamente num período de persistência da desaceleração do crescimento econômico do país, atestada pela expansão do PIB de apenas 0,14% no primeiro semestre do ano. Se o dólar não recuar para a cotação de equilíbrio, o inevitável comprometimento da meta de 4,0% de inflação para 2003 pode exigir novos sacrifícios da atividade econômica, centrados em apertos monetários e fiscais.

Diferentemente da situação de 1999, quando as tentativas de transmissão aos preços da depreciação especulativa do câmbio tiveram intensidade e, sobretudo, duração curtas, o surto atual conjuga rigidez das condições de fraqueza do real ante o dólar e maior velocidade de propagação dos reajustes de preços (administrados e livres), de forma dissociada da demanda, fazendo ressurgir o fantasma da inércia.

O pior é que os reflexos da contração econômica sobre as receitas públicas podem prejudicar a obtenção dos objetivos de superávit fiscal primário e da estabilização e redução da relação dívida/PIB, acordados entre o governo brasileiro e o FMI. Isso não ocorrerá caso a nova orientação macroeconômica sofra a tentação de recorrer à incorporação da alternativa de retorno do imposto inflacionário para lograr elevar o PIB nominal e a receita fiscal. Afinal de contas, o requisito básico para o retorno da inflação inercial permanece: a fragilidade fiscal e financeira do setor público.

Por esse aspecto, a lógica de sustentação do regime de metas inflacionárias é extremamente perversa, ao conduzir câmbio e juros no mesmo sentido, na medida em que o desalinhamento dos preços relativos provocado pela impulsão do primeiro só pode ser compensado pelo encurtamento da demanda derivado do segundo, sufocando as pressões inflacionárias.

O desempenho da soja como determinante do comportamento das exportações paranaenses

Luiz Fernando Oliveira Wosch*

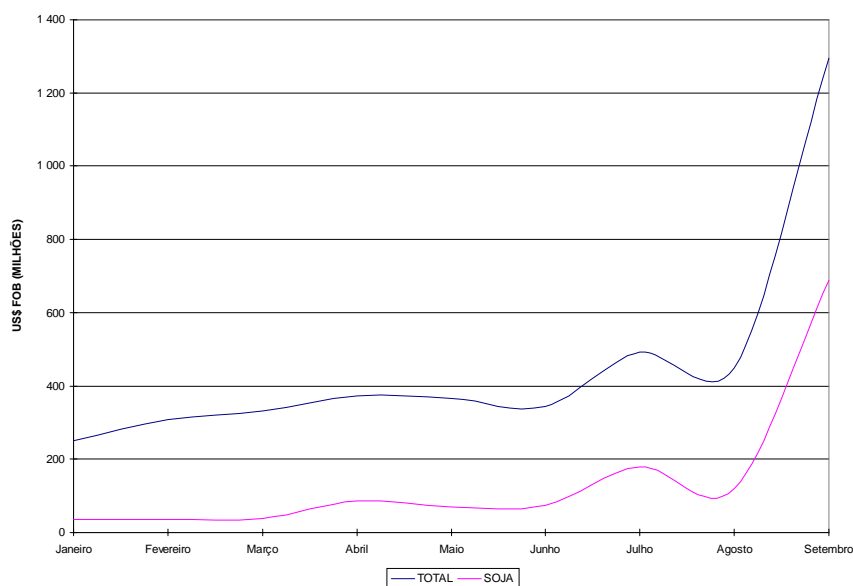
As exportações paranaenses atingiram US\$ 4.210 milhões entre janeiro e setembro de 2002, significando crescimento de 4,37% em relação a igual período do ano anterior. Com esse resultado, a participação do Paraná representou 9,67% das exportações brasileiras. Até agosto, o desempenho paranaense mostrava-se inferior ao ano passado, com queda em torno de 20%. A abrupta reação decorreu essencialmente das vendas do complexo soja, que concentraram os embarques em setembro.

No acumulado do ano, as vendas do complexo soja somaram US\$ 1.541 milhões, superando em 15,23% o total anotado no período anterior, devendo-se ressaltar que somente no último mês foi contabilizado US\$ 1.020 milhões com essas exportações. Do montante acumulado, os embarques de grãos representaram a maior participação em receita, totalizando US\$ 769 milhões, com acréscimo de 24,24% em relação a igual período do ano anterior. Em termos de mercados compradores, a evolução nas exportações de soja em grão resultou, em grande medida, dos embarques à China, cuja receita

passou de US\$ 73 para US\$ 295 milhões. As exportações de farelo atingiram US\$ 543 milhões, igualando praticamente o resultado de 2001. Já, as vendas de óleo foram as que registraram maior elevação (27,19%), alcançando US\$ 228 milhões.

Assim, mais uma vez fica evidenciada a importância do complexo soja nas exportações do Estado, apesar da inegável contribuição do segmento automotivo, que trouxe mudanças significativas na pauta de exportação, como a desconcentração e a inclusão de produtos com elevado valor agregado. Acrescenta-se que, nesse segmento, as exportações de motores proporcionaram o maior adicional de receita neste ano, somando US\$ 206 milhões. No entanto, representando 36,6% das exportações totais do Estado, pode-se dizer que o complexo soja consiste no fator determinante do desempenho das vendas externas, condição que se torna mais evidente diante de uma conjuntura favorável, seja em virtude de variáveis de mercado ou de câmbio. O gráfico 1 revela a influência do complexo soja nas exportações paranaenses, demonstrada pela

GRÁFICO 1 - DESEMPENHO MENSAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES TOTAIS E DO COMPLEXO SOJA - JAN/SET - 2002



FONTE: MDIC/Secex

*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

semelhança das respectivas curvas referentes ao desempenho mensal.

Além da significativa participação do complexo soja no acumulado do ano, deve-se ressaltar o desempenho mensal dessas exportações no corrente ano, haja vista a profunda modificação no calendário de comercialização. Historicamente, a sazonalidade presente no escoamento da safra ao mercado externo obedece ao seguinte padrão: os embarques de soja em grão iniciam em março, intensificando o ritmo entre o final do primeiro quadrimestre e o início do segundo, e encerram em setembro, período que coincide com o princípio da comercialização da soja norte-americana.² Nota-se, porém até o final do segundo quadrimestre, que os embarques se mantiveram bastante abaixo dos volumes de 2001, e que somente em setembro se intensificaram, concentrando em um único mês o equivalente ao escoamento de três a quatro meses, constituindo, desse modo, um quadro inédito. Vale acrescentar que as estimativas de produção recorde de soja no Estado para este ano, indicando 9,5 milhões de toneladas, equivalente ao incremento de 9,6%, prenunciavam adicionais nos embarques ao exterior.

O gráfico 2 permite comparar as curvas referentes à comercialização mensal da soja em grão³ e ratifica a mudança do calendário. O cotejo inclui os anos de 1997, 1999, 2001 e 2002, devendo-se salientar que a seleção desses períodos não se deu aleatoriamente, mas com o propósito de comparar anos marcados por peculiaridades capazes de alterar o período de comercialização. Em 1997, a combinação entre preços favoráveis e aumento da produção de soja garantiu ao Estado recorde de receita com as exportações. O ano de 1999 iniciou com a mudança do sistema cambial brasileiro, fato que implicou a desvalorização do real e o impacto positivo no desempenho das exportações. Por fim, 2001 e 2002 foram inseridos com o objetivo de

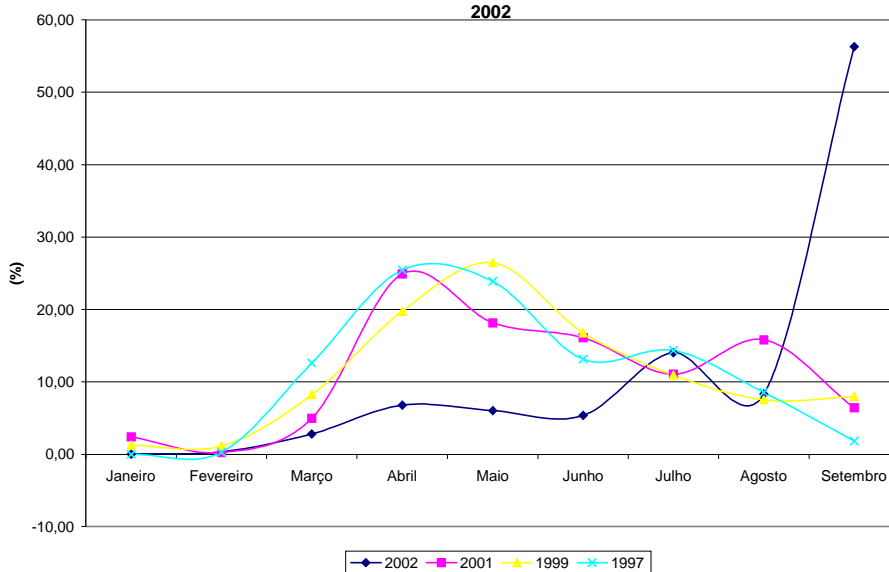
comparação entre períodos subseqüentes. Cabe sublinhar que em 2001 as exportações do complexo soja registraram crescimento de 10,25%, sustentado no incremento das vendas de farelo (18,47%) e de óleo (21,19%), uma vez que as exportações de grãos registraram ligeiro declínio de receita (-0,69%).

Observam-se pequenas defasagens nos intervalos de comercialização nos anos de 1997, 1999 e 2001, provavelmente decorrentes das conjunturas distintas de cada período, conforme comentado. Em 2002, o panorama totalmente diverso mostrou o primeiro pico de comercialização em julho – período em que normalmente ocorre o segundo pico, menos intenso – e, em setembro, verificou-se o escoamento de quase todo o volume a ser exportado. Cumpre destacar que o levantamento dos preços médios no decorrer do período aponta setembro como o mês em que ocorre o nível mais elevado, portanto, constituindo o mais propício na obtenção de divisas. Ademais, no referido mês, a taxa cambial atingiu quase o ápice, significando que o adiamento da comercialização cumpriu também – e de forma eficaz – o papel de garantir maior geração de receita em moeda nacional ao segmento exportador.

O comportamento atípico verificado neste ano sugere elevado grau de capitalização dos agentes inseridos na cadeia de produção e comercialização da soja, na medida em que a manutenção dos estoques implica necessariamente investimentos em capacidade de armazenagem.

Chama atenção que, dentre os principais estados produtores e exportadores de soja (Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás), o Estado do Paraná foi o único que apresentou alteração no desempenho mensal das exportações de soja em grão. Pode-se supor que uma das causas dessa situação diferenciada esteja relacionada ao fortalecimento das cooperativas, apesar da presença de grandes empresas multinacionais atuando

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃO - 1997/1999/2001/ 2002



FONTE: MDIC/Secex

no setor. Essa inferência apóia-se no fato de que, enquanto as *tradings* (multinacionais) têm compromissos relativos a prazos de entrega de matéria-prima com as respectivas corporações que representam, as cooperativas atuam com menos restrições nesse sentido, o que permite a comercialização em períodos mais favoráveis.

Conclui-se que, diante da natureza de *commodity* agrícola da soja – caracterizada pela forte vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional e, portanto, com

restrito grau de liberdade no tocante à comercialização – , o fato inédito ocorrido neste ano constitui precedente importante em termos da obtenção de ganhos diferenciados a partir da atenta leitura do comportamento do mercado e de suas variáveis. E, sem dúvida, ações nesse sentido apontam para resultados ampliados, tendo em vista a expressiva participação do complexo soja na pauta de exportações do Estado.

NOTAS

¹É conveniente frisar que o ritmo de comercialização do farelo de soja não se assemelha ao do grão, pois se distribui de forma mais uniforme ao longo do ano.

²Na construção do gráfico 2 foram utilizados dados referentes ao volume embarcado, no intuito de atenuar eventuais distorções decorrentes de oscilação das cotações internacionais do produto.

TEMAS ESPECIAIS

A influência da tecnologia na geração de conflitos no trabalho

Silmara Cimbalista*

Este texto procura discutir e levantar questões sobre a influência da tecnologia na geração de conflitos no trabalho, mostrando algumas causas e conseqüências oriundas desse processo. A discussão sobre a resolução de conflitos nas organizações é antiga e, muitas vezes, controversa.

O padrão social atual do trabalhador brasileiro é um dos reflexos das mudanças ocorridas na sociedade do último século. O desordenamento no atendimento aos direitos sociais, às questões trabalhistas, e a pressão exercida sobre o cidadão-trabalhador nos últimos dez anos têm-no forçado a reempreender esforços para não estar em desacordo com a modernidade impingida pelas organizações com base tecnológica – entendendo-se tais organizações como aquelas que se utilizam de ferramental tecnológico ou da alta tecnologia (em diversos setores da fábrica/escritório) para a fabricação ou desenvolvimento de seus produtos e/ou serviços.

Na última década do século XX, o Brasil procurou capacitar suas organizações para competir por melhores contratos internacionais, tanto na área tecnológica como na área aplicada a negócios. Entretanto, a velocidade dos negócios realizados nem sempre acompanha a dinâmica da aprendizagem de novas tecnologias pelos trabalhadores.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram observadas mudanças mais sensíveis nas organizações brasileiras, porém foi nos anos 1990 que as prioridades mudaram e a informatização e a utilização da tecnologia passaram a ser quase uma questão de sobrevivência para as organizações.

Foi nesse período que se começou a observar uma preocupação maior com a modernização das áreas administrativa e técnica das organizações. Nesse sentido, assumem maior relevância estudos sobre a organização do trabalho, os conflitos entre tecnologia e seu desenvolvimento, as relações no ambiente laboral e as mudanças nas relações de poder, com a conseqüente extinção de algumas profissões e mudança no perfil de outras.

Independentemente dos fatores históricos e das injustiças sociais que vêm sendo perpetradas ao longo dos últimos dez anos no Brasil, a questão conflitual entre trabalhador, tecnologia e profissão não tem sido tratada com a devida seriedade. Sabe-se da influência dos avanços tecnológicos na geração de

conflitos, transformando o papel do trabalhador e, conseqüentemente, mudando o perfil das atuais profissões.

Nesse contexto, acredita-se que um dos maiores desafios da sociedade trabalhadora está na resolução dos conflitos entre trabalho ↔ trabalhador ↔ tecnologia = conflito; e na resolução dos conflitos entre trabalhador e organização = sociedade mais justa e maior adequação de um novo perfil das profissões.

Os conflitos entre trabalhador, tecnologia e profissão não têm sido tratados com a devida seriedade.

No atual contexto de globalização e internacionalização dos mercados, as transformações econômicas têm provocado reflexos danosos sobre o chamado mundo do trabalho. A exigência da absorção de tecnologias altamente sofisticadas tem sido uma das expressões desse processo, gerando, em contrapartida, conflitos a enormes contingentes de trabalhadores.

Entretanto, apesar de um passado sombrio, hoje o mundo do trabalho vem mostrando algumas modificações importantes na vida do trabalhador. Observa-se o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, o surgimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho. Ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente – é o atual paradoxo da sociedade e do trabalho.

As atividades exercidas pelo homem cotidianamente assumem inúmeros sentidos, representando um valor importante e exercendo uma influência considerável do ponto de vista motivacional e da produtividade.

Entende-se que, qualquer que seja a ótica, a preocupação com a gestão de conflito implica agir levando-se em conta suas características e dominar suas origens e conseqüências.

*Mestre em Administração Pública pela FGV/RJ, técnica da equipe permanente desta publicação.

Empregos permanentes desaparecem e, simultaneamente, aparecem novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho.

O trabalho sempre ocupou lugar central na vida do ser humano e, gradativamente, foi sendo limitado pelas condições socialmente estabelecidas. O trabalho assalariado implica que se considere o jogo de interesses oriundos das partes envolvidas: o capital e o próprio trabalho. Nesse contexto, reúnem-se significados que advêm tanto do capital quanto do próprio trabalho, simbolizando um fator de equilíbrio e de desenvolvimento para o indivíduo.

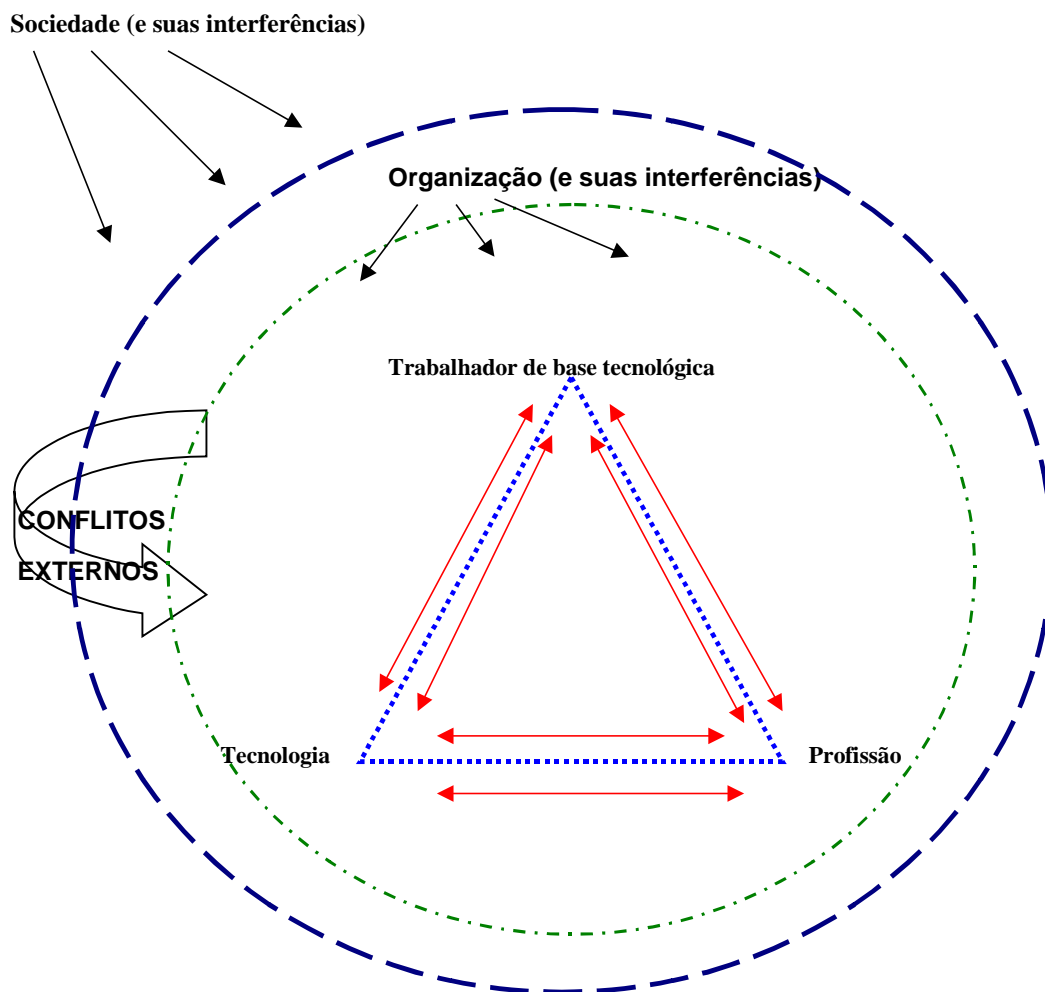
A capacidade de transformação exercida pelo homem no trabalho pode levá-lo a modificar seu meio e a modificar-se a si mesmo, à medida que exerce sua capacidade criativa e atua como participante no processo de construção das relações de trabalho e da sociedade e/ou comunidade na qual está inserido.

Um dos problemas sensíveis neste início de milênio, resultado da última década, é a variável

velocidade sobre o desenvolvimento do trabalho, imposta pelo mercado, mídia e organizações. Tem-se a impressão de estar em constante atraso, seja intelectual, de tempo ou de espaço. As pressões com relação à qualidade, uso do tempo e cumprimento de prazos causam alguns tipos de conflitos no ambiente de trabalho, para o trabalhador e seus pares. A variável tempo pressiona uma nova tendência quanto à organização do trabalho e tem sugerido que se deva redefinir o paradigma presente na sociedade, em especial nas organizações, para que se cumpram metas e objetivos.

A representação gráfica a seguir procura demonstrar as relações entre os atores do processo de trabalho na sociedade. O intuito é exemplificar o raciocínio da inter-relação do trinômio trabalhador \leftrightarrow tecnologia \leftrightarrow profissão nas organizações. Procura-se mostrar o funcionamento desse inter-relacionamento, suas interferências, conflitos e permeabilidade no contexto social e organizacional. A intenção é vislumbrar sua dinâmica para que se compreenda como estão interligadas e, conseqüentemente, provocam conflitos tanto internos como externos à organização.

A sociedade está exposta às interferências de outras sociedades e culturas, influenciando, mas



também sendo influenciada sensivelmente, por meio da capilaridade existente nas organizações e, conseqüentemente, interferindo de alguma forma no desenvolvimento das atividades e na vida do trabalhador, no caso de base tecnológica, na organização. Entende-se como trabalhador de base tecnológica aquele que se utiliza de ferramental tecnológico para o desenvolvimento de seu trabalho na organização. A figura pretende indicar que é impossível não haver, de alguma forma, influências tanto interna como externamente, sejam sob o ponto de vista social, econômico ou cultural.

Atualmente, a velocidade das transformações passou a ser a tônica da sobrevivência nas sociedades ocidentais. A influência exercida pela sociedade de mercado nas organizações e, conseqüentemente, no trabalhador, tem gerado inevitáveis conflitos de diversas espécies. Uma das conseqüências da utilização da tecnologia é a pressão que ela exerce nas organizações e nos indivíduos. O efeito de novas tecnologias sobre o indivíduo no seu local de trabalho não é, de maneira alguma, um fato novo. A história conta que os avanços técnicos sempre forçaram mudanças no funcionamento das organizações e da sociedade; porém, desde a primeira Revolução Industrial, com a organização do trabalho nas fábricas, as organizações constituem o foco dessas mudanças sociais. É no contexto institucional que as novas tecnologias afetam a natureza das tarefas, trazendo um descompasso entre trabalho e habilidades, mudando as condições de salário e emprego.

A inserção dos computadores nas organizações, no final da década de 1950, fez com que a tecnologia fosse encarada não só como uma ameaça em termos da qualidade no resultado do trabalho, mas como ameaça à sobrevivência do trabalhador. Foi nesta época que se iniciaram os temores de que as máquinas substituiriam o trabalho humano e, desta forma, causariam o desemprego.

Essa discussão e temor não são recentes. Ao contrário, desde os primórdios da Revolução Industrial a tecnologia vem sendo vista mais como maléfica do que benéfica à sociedade. Marcuse¹, num ensaio datado de 1941, argumentou sobre algumas implicações sociais da tecnologia moderna. Na sua visão, a tecnologia deve ser vista como um processo social no qual a técnica propriamente dita (o aparato técnico da indústria, transportes, comunicação) não passa de um fator parcial. Não se está tratando da influência ou do efeito da tecnologia sobre os indivíduos, mas dos próprios indivíduos, que inventam, trabalham ou mantêm as máquinas, como grupos sociais que direcionam sua aplicação e utilização. A tecnologia como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é, assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação.

As relações sociais citadas pelo autor estão presentes nos conflitos existentes entre trabalho e

tecnologia, sempre existiram e foram desenhadas de acordo com seu momento histórico. Contudo, parecem estar mais evidentes no cenário atual, marcado pelo contexto criado pela globalização e pelas mudanças no mundo do trabalho.

Compreender a dinâmica dos conflitos no trabalho, suas causas e conseqüências é de fundamental importância para entender o que acontece com as relações sociais existentes no inter-relacionamento entre o trabalhador, a tecnologia e sua profissão. Daniel Webster define o conflito como uma “ação competitiva oposta de elementos incompatíveis; estado ou ação antagônica (como idéias, interesses ou pessoas divergentes); resultado de necessidades, instruções, desejos ou exigências incompatíveis; encontro hostil”.²

Em outras palavras, há conflito quando duas ou mais respostas de ação são divergentes para uma única ocasião; isto não implica necessariamente comportamento hostil, porém, muitas vezes, a hostilidade faz parte de um conflito. O conflito é meramente a existência de opiniões divergentes ou incompatíveis. Portanto, os conflitos se manifestam independentemente de seu caráter social ou organizacional. Conflitos de ordem social influenciam o organizacional e vice-versa.

Com os inúmeros avanços tecnológicos explosivos e uma avalanche de mudanças nascem as incertezas, o medo, o desconforto, o que é um solo fértil para o conflito.

Compreender a dinâmica dos conflitos no trabalho, suas causas e conseqüências é de fundamental importância para entender o que acontece com as relações sociais existentes entre o trabalhador, a tecnologia e sua profissão.

Categorizar conflitos, suas causas e reações típicas é uma tarefa difícil, pois se estará analisando o comportamento do indivíduo em dado momento e circunstância do desenvolvimento de seu trabalho, quando está exercendo seu ofício na organização. O caráter subjetivo da identificação do conflito é uma variável complexa que não pode ser analisada isoladamente, pois pode ser interpretada de diversas formas e, às vezes, erroneamente.

As variáveis trabalho e tecnologia têm sido muito questionadas nas organizações. O desenvolvimento do trabalho por meio da tecnologia se dá normalmente nos momentos em que o trabalhador está utilizando-a como uma ferramenta para a consecução de seu trabalho, e o conflito aparece quando ocorre algum erro anterior, durante o uso do aparato tecnológico ou no resultado da execução de suas atividades laborais.

Esse conflito pode ser interpretado de diversas formas. A primeira interpretação, e mais óbvia, é a falta de instrução e qualificação apropriadas para o desenvolvimento do trabalho/tarefa. A segunda consiste na resistência ou rejeição ao uso da tecnologia,

chamada de *luddismo*; isto é, o trabalhador reage negativamente ao desenvolvimento de sua atividade, irrita-se ou até amedronta-se quando comete algum erro na execução dos procedimentos da tarefa. Tal atitude de pavor, em que o indivíduo se intimida em relação ao uso de equipamentos, é muito comum. Esse comportamento se dá, comumente, devido ao excessivo rigor exigido no cumprimento das metas e prazos, ou à pressão exercida pelo chefe e colegas em relação às exigências de competitividade, cada vez mais extenuantes, tanto do mercado como da organização, sejam externas ou internas, ou ainda à falta de conscientização por parte da organização quanto à qualificação de seus empregados.

A terceira forma é o sentimento de medo que invade o trabalhador no momento em que vai executar a tarefa. Ele se sente incapaz de exercer sua profissão, porém executa a atividade porque receia perder o emprego. Essa atitude redundante em outros problemas, como acidentes de trabalho, retrabalho, resultados incorretos, discussões com os pares e chefias, além da frustração, sofrimento em estar trabalhando somente para a sobrevivência e, ainda, agindo contra a sua vontade.

A quarta interpretação está no conflito entre os fatores tecnológicos e o relacionamento entre trabalhadores e chefias. A relação de trabalho em atividades que pressupõem conhecimentos técnicos e de especificidades tecnológicas é um fator de conflito. Esse conflito se dá quando há desacertos no relacionamento hierárquico, usualmente entre a autoridade e o conhecimento. Trabalhador e chefia entram em conflito no “como executar/fazer/proceder à tarefa”, e entre “quem manda e quem obedece” ou “quem manda e quem sabe fazer”. A resolução de conflitos nem sempre é uma tarefa fácil e requer boa capacidade de negociação e de inter-relacionamento entre as partes e o conflito.

Independentemente da especificidade do setor econômico, conflitos existem onde há relações de trabalho. A questão crucial é saber como se deu o conflito, o que fazer para minimizá-lo e resolvê-lo, ou de que forma (re)adequar a atividade à profissão exercida ou (re)formatá-la para ser exercida.

É importante salientar que os conflitos entre trabalhador ↔ tecnologia ↔ organização são um problema social antigo, porém extremamente atual quando se percebe que as organizações brasileiras estão cada vez mais flexibilizando seus discursos, e as multinacionais no país estão encontrando mais espaço para sua inserção e domínio. Sabe-se também que a prática laboral no interior das organizações nada mais é do que um reflexo do ambiente externo, seja de opressão, alienação ou da pressão do mercado, de modismos ou da sociedade de consumo.

Desde a produção industrial da época feudal, que se caracterizava pela divisão do trabalho por meio

da separação dos ofícios do artesanato, passando pelo aparecimento do maquinismo, com as invenções que concerniam à metalurgia e à máquina a vapor, caracterizando de forma definitiva a era capitalista, o fenômeno da mecanização acelerada manifestou um interesse maior pelas técnicas e pela mão-de-obra adequada. A crescente especialização das tarefas acentuava a preocupação com as aptidões individuais no exercício da profissão. Aptidões dos trabalhadores, condições técnicas de produção e a operações exigidas pela máquina não são descobertas recentes. São fatos que se evidenciaram desde meados do século XIX, época dos processos decisivos da divisão manufatureira do trabalho. Era o momento em que formas estereotipadas, complexas, matizadas, metaforizadas do processo social de produção (tal como se manifestava sobretudo no trabalho artesanal) davam lugar a utilizações mais lógicas e científicas de processos técnicos sistematicamente agrupados em vista de um fim particular.

Os antigos profissionais de ofícios foram sendo desapropriados de suas habilidades e aptidões, abrindo espaço às máquinas e a outras técnicas. Todavia, no século XX, em decorrência das transformações no trabalho do século anterior, as profissões foram tomando outras formas, adequando-se e adaptando-se às mais diversas necessidades, fossem sociais ou organizacionais. Porém, neste início de novo século, vivem-se os resultados do século passado em outras situações, como o desemprego em massa, a extinção de algumas profissões e até mesmo a precarização do trabalho. As palavras de ordem na atual sociedade do trabalho são: incerteza, conflito e realização. O panorama social do século XXI mostra, de um lado, o desemprego crescente e, de outro, a intensificação e precarização das condições de trabalho. Bernardete Aued fala desta transição: “O trabalho neurotiza; embrutece; contraria algumas idéias do início deste século, que prediziam o fim do trabalho fatigante. Novas formas de gestão e de controle coexistem com velhas questões, ressurgem muitas dúvidas, tais como: é possível a realização profissional no trabalho? É possível libertar os trabalhadores do trabalho penoso e repetitivo? Entre outras questões”.³

São constatações verdadeiras, questões que demandam respostas: É possível diminuir os conflitos entre os trabalhadores e a tecnologia? É possível ter satisfação, realização pessoal e profissional no trabalho? O trabalho tem sentido? Algumas profissões estão se transformando, desaparecendo? Como se vê são muitas questões e ainda há poucas respostas ou soluções alternativas.

Refletir de forma realista, sensata e articulada, buscando novas alternativas para se lidar com essas situações são desafios com os quais se defrontam as organizações e a sociedade do século XXI.

REFERÊNCIAS

- CATTANI, Antonio David. (Org.) *Trabalho e tecnologia*. dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Universidade, 1997.
- MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo: FGV, v.41, n. 3, p. 8-19, jul./set. 2001.
- RONDEAU, Alain. A gestão de conflitos nas organizações. In: CHANLAT, Jean François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996. v. 3.
- VICO MAÑAS, Antonio. *Gestão de tecnologia e inovação*. São Paulo: Érica, 2001.

NOTAS

- ¹MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 73.
- ²PICKERING, Peg. *Como administrar conflitos profissionais*. São Paulo: Makron Books, 2002. p. 2.
- ³AUED, Bernardete Wrublevski. Profissões no passado – profissões no futuro. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v. 5, n. 22., p. 11, out. 1997.

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior,** Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki***

AGROPECUÁRIA

Geadas prejudicam safra de trigo

Segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral), as adversidades climáticas, estiagem nos meses de junho e julho e geadas no início de setembro, causaram quebra de 38% na produção de trigo do Paraná. As perdas atingem 922,3 mil toneladas, o que corresponde a prejuízos de R\$ 571 milhões.

Com isso, a produção paranaense de trigo alcançará aproximadamente 1,53 milhão de toneladas nesta safra de inverno.

GEADAS causam quebra da safra de trigo no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 set. 2002. Caderno Empresas & Tecnologia, p. B10.

TRIGO teve perdas de R\$ 571 milhões. **Folha de Londrina**, 4 out. 2002. Caderno Economia, p. 4. agroindústria

Coamo anuncia investimentos de R\$ 66,3 milhões

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) vai investir R\$ 66,3 milhões na ampliação de suas agroindústrias e na expansão da estrutura de recebimento de grãos no biênio 2003-2004.

Do total anunciado, R\$ 26,8 milhões serão destinados à duplicação da capacidade de esmagamento da fábrica de óleo de soja, localizada em Campo Mourão, cabendo outros R\$ 13,4 milhões à ampliação das indústrias de margarina, de envase de óleo vegetal e de fiação de algodão.

Além disso, a Coamo investirá R\$ 26,1 milhões na construção de seis novos entrepostos e na reforma de outros 25.

DENARDIN, Valmir. Coamo investe R\$ 66 milhões em agroindústria de cereais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 out. 2002. Caderno Região Sul, p. 1.

SAUER, Sid. Coamo vai investir R\$ 66 milhões. **Folha de Londrina**, 2 out. 2002. Caderno Economia, p. 4.

INDÚSTRIA

Guardian cancela investimentos no Paraná

A Guardian suspendeu o investimento de US\$ 120 milhões na instalação de uma indústria de vidros planos no município de Balsa Nova.

A nova unidade começaria a ser construída no final de 2002, ficando pronta em junho de 2003. O cancelamento se deve à retração da atividade econômica no Mercosul, mercado que absorveria de 20% a 30% da produção, inviabilizando a implantação da fábrica no Paraná.

RIOS, Cristina. Guardian suspende construção de nova fábrica no Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 set. 2002. Caderno Indústria & Serviços, p. C1.

Tecumseh instalará unidade em Campo Largo

A norte-americana Tecumseh Products Company adquiriu as antigas instalações da Daimler-Chrysler em Campo Largo, objetivando a produção de motores para equipamentos de jardinagem e para geradores de energia elétrica. A nova fábrica exigirá investimentos de US\$ 80 milhões e gerará 600 empregos diretos.

Nos três primeiros anos, a empresa se dedicará principalmente à exportação, com cerca de 80% da produção sendo destinada aos Estados Unidos, à Europa e à Ásia.

RIOS, Cristina. Tecumseh investe US\$ 80 milhões em nova fábrica. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 set. 2002. Caderno Indústria & Serviços, p. C1.

RIOS, Cristina. Tecumseh substitui Chrysler no Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 set. 2002. Caderno Região Sul, p. 1.

CASADO, Vânia. Tecumseh vai criar 600 empregos em Campo Largo. **Folha de Londrina**, 27 set. 2002. Caderno Economia, p. 1.

* Elaborado com informações disponíveis no período de 01/09/2002 a 31/10/2002.

** Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

Dixie Toga inaugura fábrica em Paranaguá

A Dixie Toga investiu R\$ 35 milhões na instalação de uma fábrica de embalagens em Paranaguá. A nova unidade, inaugurada no dia 4 de outubro, terá como principal cliente a Sadia, que produz margarina em uma fábrica localizada no município paranaense.

O empreendimento é resultado de uma parceria entre as duas empresas, cabendo à Sadia a cessão do terreno e à Dixie Toga os investimentos necessários para a implantação da unidade. Estima-se que serão produzidas 500 toneladas de embalagens para margarina por mês na fábrica, denominada Insit.

KARAM, Miriam. Dixie Toga inicia fabricação de potes de margarina para a Sadia. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 out. 2002. Caderno Empresas, p. B4.

Usina Termelétrica de Araucária entra em operação

A Usina Termelétrica de Araucária, que utiliza gás natural como combustível, foi inaugurada no dia 30 de setembro. A unidade exigiu recursos da ordem de US\$ 340 milhões, investidos pela El Paso Energy, detentora de 60% do empreendimento, e por dois parceiros nacionais (Copel Participações e Petrobras), ambos com 20% de participação.

Para o sistema Copel, a nova usina representará aumento de 12% na capacidade instalada de geração de energia, reduzindo a dependência do sistema em relação às chuvas. Quando estiver em pleno funcionamento, a usina consumirá cerca de 2,2 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

KARAM, Miriam. El Paso coloca em operação térmica a gás de 469 MW. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 out. 2002. Caderno Empresas, p. B10.

INFRA-ESTRUTURA

ALL pretende expandir transporte de grãos

A Ferrovia América Latina Logística (ALL), concessionária da malha sul da Rede Ferroviária Federal, pretende aumentar em 18% o transporte de grãos até o Porto de Paranaguá este ano.

A empresa espera fechar o exercício de 2002 com um embarque de 8,4 milhões de toneladas de grãos, com destaque para a soja, que responderá por cerca de 45% desse total.

A empresa pretende atingir também um crescimento de 31% no transporte de açúcar, como resultado dos investimentos de R\$ 6 milhões no terminal intermodal de Maringá, onde é feito o transbordo das cargas dos caminhões que saem do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná para os trens.

ALL vai elevar em 18% o transporte de grãos. **Folha de Londrina**, 4 set. 2002. Caderno Economia, p. 4. Usina termelétrica de araucária entra em operação

Compagás investirá R\$ 24 milhões na ampliação da rede de distribuição de gás

A Companhia Paranaense de Gás (Compagás) vai investir R\$ 24 milhões na ampliação de sua rede de distribuição nos próximos dois anos.

Os recursos serão destinados à expansão da rede residencial em Curitiba e do sistema comercial em Ponta Grossa. Além disso, será construído o eixo Campina Grande–Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba.

COMPAGÁS vai ampliar rede. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2002. p. 18.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002 ⁽¹⁾	35 157	81 534	2 319	75 477	182 509	2 418	32 976	634 226	19 233

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002 ⁽¹⁾	123 840	121 121	978	356 560	28 843 490	80 894	50 193	61 217	1 220

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002 ⁽¹⁾	524 503	612 310	1 167	157 877	3 532 322	22 374	2 493 647	9 524 056	3 819

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002 ⁽¹⁾	505	1 075	2 129	3 310 560	9 506 642	2 872	1 057 204	1 480 444	1 400

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – SETEMBRO 2002

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Mai	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002												
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982-SETEMBRO 2002

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Maio	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002												
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maio	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2001

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 381	51,98	178 801	9,89	675 824	37,40	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 071 499	50,78	206 641	9,79	818 940	38,81	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 193 061	48,09	192 236	7,75	1 080 298	43,54	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 460 149	41,64	487 515	13,90	1 537 436	43,84	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 671	40,36	647 327	18,15	1 461 837	40,98	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 080 774	49,01	577 509	13,60	1 562 648	36,80	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 261	11,54	1 740 800	35,86	28 727	0,59	4 854 032
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,06	3 932 564
2000 ⁽¹⁾	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001 ⁽¹⁾	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2000-2001

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2001		2000		Variação (%)	2001		2000		Variação (%)	2001 (%)	2000 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07	58 222 642	100,00	55 085 595	100,00	5,69	9,13	7,97
União Européia	1 890 819	35,56	1 547 435	35,23	22,19	14 865 365	25,53	14 784 089	26,84	0,55	12,72	10,47
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	957 412	18,00	662 226	15,08	44,57	14 378 147	24,70	13 366 060	24,26	7,57	6,66	4,95
Ásia (excl. Oriente Médio)	669 484	12,59	521 067	11,86	28,48	6 949 361	11,94	6 324 177	11,48	9,89	9,63	8,24
Mercosul	522 097	9,82	622 093	14,16	-16,07	6 363 655	10,93	7 733 070	14,04	-17,71	8,20	8,04
Oriente Médio	399 050	7,50	276 840	6,30	44,14	2 041 257	3,51	1 338 239	2,43	52,53	19,55	20,69
Demais da Aladi	325 118	6,11	328 003	7,47	-0,88	5 860 932	10,07	5 168 609	9,38	13,39	5,54	6,35
Europa Oriental	197 531	3,71	107 490	2,45	83,77	1 699 118	2,92	972 283	1,77	74,76	11,63	11,06
África	154 952	2,91	105 533	2,40	46,83	1 988 425	3,42	1 346 818	2,44	47,64	7,79	7,84
Outros ⁽¹⁾	201 046	3,78	221 404	5,04	-9,19	4 076 382	7,00	4 052 250	7,36	0,60	4,93	5,46
IMPORTAÇÃO	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20	55 580 718	100,00	55 783 343	100,00	-0,36	8,87	8,40
União Européia	1 922 991	39,03	1 651 808	35,26	16,42	14 821 511	26,67	14 048 413	25,18	5,50	12,97	11,76
Mercosul	815 537	16,55	1 054 969	22,52	-22,70	7 010 001	12,61	7 796 132	13,98	-10,08	11,63	13,53
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	608 929	12,36	488 844	10,44	24,57	13 037 354	23,46	13 002 266	23,31	26,99	4,67	3,76
África	468 456	9,51	295 315	6,30	58,63	3 325 436	5,98	2 908 184	5,21	14,35	14,09	10,15
Ásia (excl. Oriente Médio)	409 942	8,32	339 344	7,24	20,80	8 924 823	16,06	8 592 987	15,40	3,86	4,59	3,95
Demais da Aladi	292 668	5,94	399 813	8,54	-26,79	3 008 948	5,41	3 863 370	6,93	-22,12	9,73	10,35
Europa Oriental	140 971	2,86	153 246	3,27	-8,01	1 112 134	2,00	1 161 512	2,08	-4,25	12,68	13,19
Oriente Médio	128 581	2,61	110 634	2,36	16,22	1 472 119	2,65	1 559 945	2,80	-5,63	8,73	7,09
Outros	139 509	2,83	190 062	4,06	-26,60	2 868 392	5,16	2 850 534	5,11	0,63	4,86	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN/SET- 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 540 587	36,59	1 336 979	33,14	15,23
Grão	769 337	18,27	619 217	15,35	24,24
Farelo	542 861	12,89	538 192	13,34	0,87
Óleo	228 389	5,42	179 570	4,45	27,19
Material de transporte	935 258	22,21	904 811	22,43	3,37
Automóveis	526 161	12,50	604 673	14,99	-12,98
Motores para autoveículos	205 978	4,89	88 867	2,20	131,78
Autopeças	129 697	3,08	121 149	3,00	7,06
Tratores e partes	41 231	0,98	34 358	0,85	20,00
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	17 360	0,41	44 114	1,09	-60,65
Autoveículos comerciais leves e pesados	13 103	0,31	9 123	0,23	43,63
Outros	1 728	0,04	2 527	0,06	-31,63
Madeira	418 284	9,93	369 883	9,17	13,09
Compensado	161 406	3,83	141 460	3,51	14,10
Serrada	111 700	2,65	119 152	2,95	-6,25
Molduras	51 207	1,22	42 587	1,06	20,24
Obras de marcenaria/carpintaria	44 038	1,05	35 361	0,88	24,54
Outros	49 934	1,19	31 323	0,78	59,42
Carnes	340 364	8,08	324 536	8,04	4,88
Aves	254 460	6,04	256 000	6,35	-0,60
Suínos	44 670	1,06	29 810	0,74	49,85
Bovinos	33 372	0,79	31 417	0,78	6,22
Outros	7 861	0,19	7 308	0,18	7,57
Cereais	173 411	4,12	252 713	6,26	-31,38
Milho	173 034	4,11	252 591	6,26	-31,50
Outros	377	0,01	122	0,00	210,13
Açúcar	106 144	2,52	114 422	2,84	-7,23
Em bruto	89 824	2,13	95 794	2,37	-6,23
Refinado	16 321	0,39	18 628	0,46	-12,39
Café	86 938	2,06	97 814	2,42	-11,12
Solúvel	56 156	1,33	71 544	1,77	-21,51
Grãos	21 876	0,52	17 538	0,43	24,73
Extratos, essências e concentrados	8 906	0,21	8 732	0,22	1,99
Máquinas e instrumentos mecânicos	75 126	1,78	78 905	1,96	-4,79
Refrigeradores/congeladores	13 137	0,31	16 621	0,41	-20,96
Máquinas e implementos agrícolas	12 135	0,29	19 125	0,47	-36,55
Outros	49 854	1,18	43 159	1,07	15,51
Papel	65 614	1,56	106 495	2,64	-38,39
Kraftliner para cobertura	22 130	0,53	9 186	0,23	140,90
Couché	5 707	0,14	32 720	0,81	-82,56
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	4 296	0,10	20 507	0,51	-79,05
Outros	33 482	0,80	44 081	1,09	-24,04
Químicos diversos	47 399	1,13	54 039	1,34	-12,29
Metais comuns	44 294	1,05	44 713	1,11	-0,94
Artefatos de ferro/aço	10 971	0,26	17 674	0,44	-37,92
Outros	33 323	0,79	27 039	0,67	23,24
Couro e artigos derivados	24 112	0,57	63 922	1,58	-62,28
Couro preparado ou curtido	14 046	0,33	53 178	1,32	-73,59
Outros	10 066	0,24	10 743	0,27	-6,31
Minerais não metálicos	24 622	0,58	25 068	0,62	-1,78
Fios e tecidos	20 770	0,49	22 749	0,56	-8,70
Material elétrico	19 827	0,47	30 620	0,76	-35,25
Equipamentos de telefonia/telegrafia	4 511	0,11	8 491	0,21	-46,87
Condutores (inclui fibras óticas)	3 403	0,08	12 931	0,32	-73,68
Outros	11 913	0,28	9 199	0,23	29,50
Outros	239 330	5,68	78 541	1,95	204,72
TOTAL GERAL	4 210 306	100,00	4 034 053	100,00	4,37

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A SET 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	671 743	27,20	944 260	23,97	- 28,86
Autopeças	457 571	18,53	522 825	13,27	- 12,48
Motores para autoveículos	83 003	3,36	83 170	2,11	- 0,20
Automóveis	46 972	1,90	212 917	5,40	- 77,94
Pneumáticos para autoveículos	33 886	1,37	52 264	1,33	- 35,16
Outros	50 310	2,04	73 083	1,85	- 31,16
Máquinas e instrumentos mecânicos	295 362	11,96	449 830	11,42	- 34,34
Compressores e condicionadores de ar	44 336	1,80	58 566	1,49	- 24,30
Máquinas para usinagem de metais	24 743	1,00	41 521	1,05	- 40,41
Outros	226 283	9,16	349 743	8,88	- 35,30
Combustíveis e lubrificantes	234 162	9,48	494 734	12,56	- 52,67
Óleo bruto de petróleo	228 553	9,25	447 113	11,35	- 48,88
Outros	5 609	0,23	47 621	1,21	- 88,22
Adubos e fertilizantes	170 985	6,92	209 586	5,32	- 18,42
Produtos químicos diversos	169 789	6,88	188 521	4,78	- 9,94
Material elétrico	151 979	6,15	778 866	19,77	- 80,49
Equipamentos de telecomunicações	17 499	0,71	192 276	4,88	- 90,90
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	14 686	0,59	28 791	0,73	- 48,99
Equipamentos de informática	11 310	0,46	40 784	1,04	- 72,27
Transformadores/conversores	9 325	0,38	18 347	0,47	- 49,17
Outros	99 158	4,02	498 669	12,66	- 80,12
Soja	111 913	4,53	66 468	1,69	68,37
Grão	104 271	4,22	65 633	1,67	58,87
Outros	7 641	0,31	835	0,02	815,45
Matérias plásticas	102 819	4,16	175 909	4,46	- 41,55
Polietileno	21 106	0,85	70 988	1,80	- 70,27
Chapas, folhas e tiras plásticas	16 191	0,66	18 464	0,47	- 12,31
Outros	65 523	2,65	86 457	2,19	- 24,21
Metais comuns	81 421	3,30	130 711	3,32	- 37,71
Artefatos de ferro/aço	32 883	1,33	47 939	1,22	- 31,41
Materiais de alumínio	16 239	0,66	25 411	0,64	- 36,09
Ferragens, fechaduras e guarnições	7 049	0,29	11 258	0,29	- 37,39
Laminados de ferro/aço	7 022	0,28	26 481	0,67	- 73,48
Outros	18 228	0,74	19 621	0,50	- 7,10
Cereais	56 368	2,28	74 672	1,90	- 24,51
Trigo	40 410	1,64	43 662	1,11	- 7,45
Milho	6 133	0,25	17 577	0,45	- 65,11
Outros	9 825	0,40	13 432	0,34	- 26,86
Fios e tecidos	53 998	2,19	34 627	0,88	55,94
Sintéticos	18 144	0,73	9 621	0,24	88,58
Outros	35 854	1,45	25 006	0,63	43,38
Papel e celulose	25 319	1,03	77 458	1,97	- 67,31
Pasta química	20 219	0,82	38 087	0,97	- 46,91
Outros	5 100	0,21	39 370	1,00	- 87,05
Minerais não metálicos	21 744	0,88	33 844	0,86	- 35,75
Artefatos de borracha	19 305	0,78	34 918	0,89	- 44,71
Outros	302 686	12,26	245 505	6,23	23,29
TOTAL GERAL	2 469 593	100,00	3 939 907	100,00	- 37,32

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2002

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999 ⁽¹⁾	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000 ⁽¹⁾	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
Janeiro	215 414	231 910	-16 495	3 452 942	3 568 781	115 840
Fevereiro	236 611	269 295	-32 684	4 123 497	4 046 308	77 189
Março	308 708	303 235	5 472	4 471 669	4 451 932	19 737
Abril	378 485	377 749	736	4 181 447	3 996 332	185 115
Maio	471 586	390 049	81 536	5 062 755	4 698 914	363 840
Junho	400 823	402 141	-1 318	4 860 664	4 605 502	255 162
Julho	440 644	418 966	21 677	5 002 882	4 887 346	115 537
Agosto	460 668	504 604	-43 936	5 518 984	5 424 316	94 669
Setembro	345 139	442 647	-97 508	4 724 179	5 053 752	-329 573
Outubro	404 238	466 526	-62 287	4 637 535	5 185 488	-547 953
Novembro	380 408	436 527	-57 119	4 390 489	5 047 275	-656 786
Dezembro	349 368	441 021	-91 652	4 658 552	4 868 397	-209 845
2001 ⁽¹⁾	5 317 509	4 929 239	388 270	58 222 642	55 571 224	2 651 418
Janeiro	342 031	481 604	-139 573	4 537 905	5 014 239	-476 334
Fevereiro	291 205	363 109	-71 904	4 083 023	4 005 216	77 807
Março	362 878	446 295	-83 417	5 167 500	5 446 572	-279 072
Abril	514 221	521 807	-7 586	4 729 698	4 609 468	120 230
Maio	558 895	447 018	111 877	5 367 054	5 156 037	211 017
Junho	507 973	408 320	99 654	5 041 980	4 762 375	279 605
Julho	470 541	387 149	83 392	4 964 485	4 856 682	107 803
Agosto	553 452	471 318	82 134	5 727 436	5 099 342	628 094
Setembro	432 857	413 288	19 569	4 754 965	4 158 874	596 091
Outubro	501 703	397 466	104 236	5 002 529	4 757 086	245 442
Novembro	416 262	345 668	70 794	4 500 260	4 213 513	286 747
Dezembro	365 491	246 198	119 294	4 345 808	3 491 820	853 988
2002 ⁽¹⁾	4 210 306	2 469 593	1 740 712	43 518 090	35 661 780	7 856 310
Janeiro	250 849	239 247	11 602	3 971 829	3 801 359	170 470
Fevereiro	309 359	250 226	59 133	3 658 349	3 396 890	261 759
Março	332 361	266 057	66 304	4 260 412	3 664 434	595 978
Abril	372 907	338 076	34 832	4 641 400	4 160 545	480 855
Maio	364 982	312 627	52 354	4 441 380	4 024 836	416 543
Junho	343 324	230 789	112 535	4 078 559	3 399 125	679 434
Julho	492 269	289 292	202 977	6 223 334	5 027 292	1 196 042
Agosto	449 584	269 201	180 384	5 751 020	4 175 639	1 575 381
Setembro	1 294 671	274 079	1 020 592	6 491 807	4 011 659	2 480 148

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – JAN 2001-AGO 2002

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)
2001	
Janeiro	5,31
Fevereiro	5,85
Março	6,51
Abril	5,79
Maiο	6,06
Junho	6,28
Julho	6,56
Agosto	6,39
Setembro	5,95
Outubro	5,44
Novembro	4,89
Dezembro	4,02
Média Anual ⁽¹⁾	5,75
2002	
Janeiro	4,57
Fevereiro	5,07
Março	5,34
Abril	4,97
Maiο	5,15
Junho	5,18
Julho	4,61
Agosto	5,15

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: Período de referência: semana.

(1) Média aritmética simples.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-SETEMBRO 2002

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Novembro	0,42
2000	6,23	Dezembro	0,64
2001	5,90	2002	5,64
Janeiro	0,89	Janeiro	0,88
Fevereiro	-0,17	Fevereiro	0,20
Março	0,17	Março	0,40
Abril	0,67	Abril	0,78
Maiο	0,45	Maiο	0,47
Junho	0,31	Junho	0,55
Julho	1,05	Julho	0,52
Agosto	0,30	Agosto	0,60
Setembro	0,31	Setembro	1,12
Outubro	0,72		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-SETEMBRO 2002

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2000	1 692	6 251
1977	1 356	8 826	2001	2 046	8 307
1978	1 614	9 636	Janeiro	265	237
1979	1 635	12 575	Fevereiro	233	615
1980	1 936	13 482	Março	278	851
1981	1 954	14 105	Abril	150	501
1982	1 179	6 606	Maiο	43	892
1983	1 079	3 345	Junho	81	900
1984	1 748	7 921	Julho	52	929
1985	2 167	9 728	Agosto	78	719
1986	2 029	10 588	Setembro	129	695
1987	2 121	9 479	Outubro	213	741
1988	1 567	8 847	Novembro	260	613
1989	1 386	6 189	Dezembro	264	614
1990	885	4 111	2002		
1991	584	2 677	Janeiro	301	401
1992	593	2 893	Fevereiro	279	652
1993	1 038	4 475	Março	286	702
1994	1 707	9 011	Abril	132	901
1995	859	5 095	Maiο	126	787
1996	897	4 180	Junho	128	635
1997	1 296	6 062	Julho	40	1 180
1998	1 380	6 025	Agosto	142	921
1999	1 351	4 854	Setembro	234	1 066

FONTE: Anfaeva; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 11 – PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-SETEMBRO 2002

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maiο	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	2 849	4 115	98 611
Janeiro	-	241	4 722
Fevereiro	-	432	10 956
Março	-	520	12 335
Abril	416	554	13 080
Maiο	306	526	12 137
Junho	702	463	10 720
Julho	403	474	13 178
Agosto	505	397	10 048
Setembro	517	508	11 435

FONTE: ANFAVEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.